

# CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO PARA A TERAPIA OCUPACIONAL: UMA ANÁLISE DIALÉTICA DO FAZER E DA GENERICIDADE HUMANA\*

**Contributions of historical materialism to occupational therapy: a dialectical analysis about human doing and genericity**

**Contribuciones del materialismo histórico para terapia ocupacional: una análisis dialéctica sobre el hacer y la genericidad humana**

**Ana Flávia Dias Tanaka  
Shimoguri**

Terapeuta Ocupacional,  
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em  
Psicologia da Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita".  
[af\\_tanaka@hotmail.com](mailto:af_tanaka@hotmail.com)

**Abílio da Costa-Rosa**

Professor Livre Docente em  
Psicologia Clínica pela Universidade  
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho" - Faculdade de Ciências e  
Letras de Assis/São Paulo/ Brasil;  
[abiliocr@assis.unesp.br](mailto:abiliocr@assis.unesp.br)

## Resumo

O homem é o único ser capaz de produzir além das necessidades físicas podendo engendrar um processo produtivo direcionado pela ética do desejo no qual ao fazer ele constrói sua existência material e subjetiva, para Marx, essa é sua atividade vital que lhe confere a genericidade humana. A Terapia Ocupacional (TO) opera com as diversas atividades que compõem a produção humana, atividades de vida diária, de vida prática, entre outras. A partir das contribuições do Materialismo Histórico, por meio de revisão bibliográfica, nosso objetivo neste trabalho foi discutir os atravessamentos que as práticas de TO sofreram dadas as injunções do Modo Capitalista de Produção, e, sobretudo, avançar na compreensão de um sujeito inseparável do seu fazer, conceituando as atividades utilizadas pela TO como dispositivos de subjetivação e de produção de saúde.

**Palavras-chave:** Capitalismo, Subjetividade, Terapia ocupacional.

704

## Abstract

Man is the only one capable of producing beyond the physical needs, he can engender a productive process directed by the ethics of desire, so doing things he can build his material and subjective existence, for Marx, this is the vital activity that gives him the human genericity. Occupational Therapy (OT) operates with the various activities that make up human production, activities of daily living, practical life, among others. From the contributions of Historical Materialism, through a bibliographical review, our objective in this work was to discuss the effects of the Capitalist Mode of Production on occupational therapy practices, and, mainly, to advance in the understanding of a subject inseparable from his doing, conceptualizing the activities used by OT as devices of subjectivation and health production.

**Keywords:** Capitalism, Subjectivity, Occupational therapy

## Resumen

El hombre es el único ser capaz de producir más allá de las necesidades físicas, él puede engendrar un proceso productivo dirigido por la ética del deseo, entonces, haciendo actividades el hombre construye su existencia material y subjetiva, para Marx, esta es una actividad vital que proporciona la genericidad humana. La Terapia Ocupacional (TO) opera con las diversas actividades que componen la producción humana, actividades de vida diaria, de vida práctica, entre otras. A partir de las contribuciones del Materialismo Histórico, por medio de revisión bibliográfica, nuestro objetivo en este trabajo fue discutir los atravessamientos que las prácticas de TO sufrieron dadas las injunções del modo capitalista de producción, y, sobre todo, avanzar en la comprensión de un sujeto inseparable de su hacer, conceptuando las actividades utilizadas por la TO como dispositivos de subjetivación y de producción de salud.

**Palabras clave:** Capitalismo, Subjetividad, Terapia ocupacional

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a espécie humana se diferenciou dos demais animais pelo seu fazer, sua capacidade de produzir. Partindo da hipótese de que o trabalho feito com as mãos faz mediação da relação do homem com a Natureza, o controle manual foi considerado decisivo no processo de hominização/humanização, ou seja, processo de aquisição das características do gênero humano: “a distinção fundamental entre homens e animais teve início quando os homens começaram a fabricar os seus próprios meios de sobrevivência (ferramentas e utensílios), transformando a Natureza por meio do trabalho das mãos” (p. 316)<sup>3</sup>. Logo, a especificidade do trabalho manual foi crucial para a definição da genericidade humana.

O Materialismo Histórico põe em relevo as implicações sociais do trabalho e em muito valoriza o fazer como principal intermediário da relação entre o homem e o mundo e entre ele e seus pares, atribuindo ao fazer humano um caráter sociocultural, tanto que, na sua perspectiva ele é o elo entre Homem-Natureza-Sociedade<sup>2, 4, 5, 6</sup>, pois, no fazer, mais do que a transformação da Natureza, há processos de subjetivação e produção de cultura. Então, utilizando-se do seu trabalho é possível ao sujeito construir sua existência material e subjetiva, isto é, tornar-se um homem numa realidade social.

Destaca-se o valor social do trabalho e seu cunho histórico, especialmente quanto à concepção do trabalho como “uma manifestação dialética que se estabelece entre objeto e sujeito, entre o impulso cego da necessidade e a satisfação que libera o ser humano do círculo fechado do si e o faz encontrar com os outros” (p. 88)<sup>7</sup>. Neste ínterim, a teleologia do trabalho é a realização concreta do ser humano “a história e o significado do homem estão gravados no trabalho [...] é a forma específica da práxis humana que abrange toda a vida material, filosófica, econômica, pessoal, social, política, cultural” (p. 98-97)<sup>7</sup>. Assim, ressaltamos a importância de se considerar os processos de subjetivação intermediados pelo fazer humano.

Nos “Manuscritos Econômicos Filosóficos”, Marx (2004)<sup>2</sup> se dedica à discussão de um termo valioso para pensarmos a especificidade do trabalho para o homem, “genericidade humana”. Ao passo que os animais produzem somente sob o domínio das necessidades emergentes e limitados pelas características da espécie a qual pertencem, o homem é o único ser capaz de produzir livremente, isto é, produzir na ordem do carecimento e não da carência

“o trabalho, entendido como atividade adequada a um fim, é o que fundamentalmente nos faz humanos” (p. 14)<sup>8</sup>.

Sublinhamos que o trabalho é posto como a atividade vital do homem, a qual para Marx (2004)<sup>2</sup> não está referida à manutenção da existência no sentido orgânico (respiração, alimentação, etc.), portanto, o adjetivo “vital” não se aplica apenas àquilo que se faz para manter-se vivo, sobrevivendo. Marx<sup>2</sup> defende que a atividade vital do homem corresponde a um modo de fazer, de produzir, no qual aquele que produz estabelece uma ligação subjetiva e singular com sua produção: “O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência [...]. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal” (p. 84)<sup>2</sup>. Trata-se de um processo de produção no qual o sujeito está na dimensão criativa-desejante e consegue apreender sua criação como a si mesmo, atividade pela qual ele faz-se homem e cria seus territórios existenciais.

[...] na atividade animal o vínculo sujeito e objeto ( $S \leftrightarrow O$ ) se fecha em si para a satisfação de uma necessidade imediata (saciação da fome, por exemplo). Na atividade humana, o mesmo vínculo se abre através de mediações, construindo o significado. [...]. Trabalhar é o ato de transmitir significado à natureza, de construir o mundo a nossa imagem e semelhança. O significado se define pela permanência além e apesar da relação com o objeto, ou seja, defini-se pela transcendência à relação  $S \leftrightarrow O$  (p. 16-17)<sup>8</sup>.

706

No processo de trabalho, considerando a ocupacionalidade intrínseca ao homem, uma vez satisfeitas as carências, outras necessidades vão sendo geradas, carecimentos e desejos que se repõem ao infinito. Neste sentido, destacamos a primeira interface do Materialismo Histórico com a Terapia Ocupacional (TO), ambos têm como área de estudo/atuação o fazer humano. Uma das premissas basilares e fundamentadoras de qualquer atuação em TO é a de que o fazer, isto é, criar, produzir, é fator constituinte do ser humano – o que na profissão designa-se por “natureza ocupacional” –, conceito fundado na ideia de que, independente da sua condição física, psíquica e social, o homem está sempre fazendo atividades.

Com efeito, desde os primórdios da profissão, as atividades têm sido os elementos orientadores da prática dos terapeutas ocupacionais<sup>1</sup>, assim, as intervenções da TO são requeridas quando uma problemática de origem orgânica, psicológica, ambiental ou social interfere no desempenho ocupacional do sujeito. Dito de outro modo, recorre-se aos

atendimentos terapêuticos ocupacionais sempre que se tem prejudicadas as funções práticas, produtivas.

A partir das contribuições do Materialismo Histórico, nosso objetivo neste trabalho foi discutir os atravessamentos que as práticas de TO sofreram dadas as injunções do Modo Capitalista de Produção, e, sobremaneira, avançar na compreensão de um sujeito inseparável do seu fazer, conceituando as atividades utilizadas pela TO como dispositivos de subjetivação e de produção de saúde, propondo a ideia de que as ocupações são elementos-chaves para a constituição da subjetividade. Por meio de revisão bibliográfica, avançaremos na concepção da práxis conforme elucidada por Marx (2004)<sup>2</sup>, isto é, referenciada a um saber-fazer genuíno, pois o ponto central da nossa proposta é pensar um homem/sujeito que é inseparável do seu fazer, e que, na medida em que se subjetiva, vai agindo e se relacionando com o mundo. Deveras, propomos pensar as atividades/ocupações como dispositivos de subjetivação, logo, podemos ter mais do que um sujeito-efeito de seu fazer, teremos o fazer potencialmente como produtor de efeitos-sujeito.

Para nossa análise, destacamos dois momentos históricos e socioculturais específicos em que o trabalho humano foi capturado, pondo em risco a atividade vital do homem, e, subvertendo, portanto, os processos de produção, e, conseqüentemente, de subjetivação. Inicialmente, isso se deu com o advento do capitalismo, quando o trabalho deixou de ter apenas valor de uso e usufruto coletivo, para ter, sobremaneira, importância como valor de troca<sup>2,4</sup>; e, num segundo momento, no cenário do encontro da loucura com o trabalho, quando o fazer humano foi apropriado pela Ciência Moderna para que a partir dele fosse produzido certo conhecimento científico que pudesse legitimá-lo enquanto recurso terapêutico estruturante das práticas de Atenção oferecidas nos asilos pela psiquiatria clássica, e pelo tratamento moral<sup>9</sup>.

No percurso histórico da TO a capacidade de desenvolver funções produtivas tem sido tomada como um analisador dos níveis de autonomia e independência, fazendo a menção de saúde intimamente correlacionada com os ideais de produtividade, essencialmente a produtividade econômica, dos circuitos capitalistas de produção e consumo<sup>10</sup>. Nesta direção, interessa-nos refletir sobre os efeitos de uma perspectiva ontológica e funcionalista da condição humana moldada no Modo Capitalista de Produção.

## **2 ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO**

Simultaneamente ao desenvolvimento do capitalismo industrial, desenvolveu-se uma nova compreensão de ciência e de homem. A Idade Moderna inaugurou outro modo de produção, e, portanto, outro tipo de relacionamento com a natureza, marcado pela posse e dominação, oposto aos modos de produção das formações econômicas pré-capitalistas. Arendt (1995)<sup>11</sup> aponta as mudanças nas subjetividades, com a criação da “sociedade do trabalho”. Mais do que um meio para satisfazer as necessidades de subsistência, o trabalho assalariado tornou-se condição de existência para o homem moderno: ao invés do trabalho do homem existir em razão dele, o homem passou a existir em razão do seu trabalho.

O sistema econômico que vigorava até o capitalismo industrial tinha mera função de operacionalização e de organização social, já na economia de mercado há um interesse econômico focado principalmente nos bens de troca, adquirindo o trabalho valor de mercadoria<sup>2,4</sup>. “O resultado de tudo isso é a crescente mercantilização de tudo e a transformação da sociedade numa sociedade de mercado. As pessoas relacionam-se não mais diretamente entre si, mas através das coisas que produzem” (p. 4)<sup>12</sup>. Para Simmel (1973)<sup>13</sup> o homem moderno tece seus relacionamentos segundo o princípio pecuniário, tornando o dinheiro como denominador comum “que reduz toda qualidade e individualidade à questão: quanto?” (p.13)<sup>13</sup>.

Cabe destacar como outra consequência do Modo Capitalista de Produção (MCP) a separação do trabalhador dos meios de trabalho, dos quais passara a não ser mais dono. Igualmente, sua separação da produção, que lhe fora expropriada, visto que, pela primeira vez, vimos surgir a figura do não trabalhador, aquele que, embora não trabalhe, por poder aquisitivo maior, pode apropriar-se da produção de outrem. Ademais, os processos de produção no capitalismo se fragmentaram de tal forma que, a cada dia, são criadas mais especialidades, ficando a parte cada vez mais distante do todo, o trabalhador do seu trabalho, e o saber do fazer.

Ainda há que se considerar o surgimento da mais-valia. No seu Seminário 17, Lacan (1992)<sup>14</sup> diz que antes de Marx ninguém sabia exatamente o lugar da mais-valia, mas a partir das suas contribuições, ficou evidente que a extração da mais-valia sustenta o Capitalismo, por isso, indiretamente, é mantenedora das relações sociais de dominação e subordinação

envolvidas nos conflitos da luta de classes: “o sistema do capital revela-se uma produção pela produção, não a realização do trabalhador, mas a valorização do valor” (p. 97)<sup>7</sup>.

Nos modos cooperados de produção, anteriores ao capitalismo, a produção visava em primeiro lugar o uso como usufruto coletivo com um sentido de comunidade<sup>2,4</sup>, estava fora do alcance da ética do “a serviço dos bens”. O trabalho cooperado supunha a produção de valores de uso nos horizontes do carecimento: “Os modos pré-capitalistas conservam a imanência do trabalho e dos outros meios de produção e a relação direta desses com a criação da subjetividade concebida como transformação de si em um movimento absoluto devir” (p. 31)<sup>15</sup>.

O fazer no MCP tornou-se via de enquadramento para um laço social alimentado pelos circuitos de (re) produção e consumo – laço de expropriação econômica e subjetiva. Por efeito disso na subjetividade, temos o estranhamento e a alienação; o próprio feito do trabalhador o defronta como algo estranho. É a objetificação do fazer como perda e a apropriação como estranhamento e alienação. O fazer estranhado é a negação do sujeito, pois visa satisfazer necessidades fora dele<sup>2</sup>. Nas palavras de Marx<sup>2</sup>:

A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. [...]. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio, que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio (p. 81)<sup>2</sup>.

709

Ainda sobre o estranhamento e a alienação no MCP, constatamos que o homem baixou à condição de objeto, sendo ele próprio um trabalhador-mercadoria. Em outros termos, de senhor/proprietário, baixou à condição de servo, sem ter alternativa de sobreviver sem precisar vender-se. Essa miséria humana põe-se em relação inversa à potência produtiva-criativa do fazer. “O trabalho alienado rompendo com a própria ontogênese humana, ao tirar do homem seus produtos tira também, sua vida genérica, sua atividade própria de produzir e reproduzir o mundo humano e de objetivar-se nesse mundo” (p.41)<sup>16</sup>.

Essa objetificação do homem compromete o processo de hominização/humanização mediado pelo fazer humano, assim a genericidade humana deixa de ser prioridade. “O trabalho é externo ao trabalhador, não pertence ao seu ser, ele não se afirma, portanto, em seu

trabalho, mas nega-se nele, não se sente bem, mas infeliz” (p. 83)<sup>2</sup>. Em contrapartida, nos modos de produção pré-capitalistas era fundamental a relação entre realidade objetiva e realidade subjetiva:

No começo, o relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho era de propriedade, essa se constituía aí numa unidade natural do trabalho com os seus pré-requisitos materiais. Marx fala em propriedade, definida literalmente como relação do indivíduo com as condições de trabalho e reprodução, “corpo objetivo de sua subjetividade”. Também encontramos claramente enunciada nesse manuscrito a tese de que o indivíduo produz-se ao produzir e reproduzir as condições materiais de sua existência. [...]. Portanto, podemos considerar que a imanência do trabalho com os demais meios e condições da produção, o que define para Marx o trabalho vivo, está diretamente relacionada a um modo particular dos processos de subjetivação. Essa relação de imanência permitia ao trabalhador, como ente humano, ter existência objetiva independente do trabalho, e ao mesmo tempo possibilitava que ele se relacionasse consigo mesmo como senhor das condições de sua realidade (p. 26-27)<sup>15</sup>.

No MCP não há espaço para a genericidade humana, a natureza ocupacional do homem está claramente voltada à manutenção do Capital. O indivíduo é reduzido à sua existência enquanto trabalhador mecânico e passivo, jamais considerado como subjetividade desejante. Todo esse estranhamento retorna para o homem como estranhamento-de-si, de sua própria atividade vital. O fazer estranhado, estranha do homem o gênero humano, igualando-o a um animal que sobrevive e cujas atividades estão na ordem das carências físicas, apenas, não mais do carecimento, isto é, do desejo.

O fazer estranhado engendra não somente a relação do homem com a sua produção material, ele engendra também as relações dele com a sociedade e com o mundo. A posição do sujeito quanto aos ideais socioculturais, igualmente, media seus processos de subjetivação, pois a mesma está entrecruzada às produções de sentido necessárias à existência do sujeito. Em decorrência disso, quando falamos em alienação, falamos em desimplicação subjetiva e sociocultural<sup>15</sup>, uma vez que, assim como não existe subjetivo alheio ao social, não há social que não seja subjetivado<sup>17</sup>. Em meio a tantos atravessamentos, se o sujeito do carecimento e do desejo ainda pode pulsar nesse animal humano capitalizado, ele se questiona: “se minha própria atividade não me pertence, a quem ela pertence então?” (p. 86)<sup>2</sup>. Isso significa para o homem a perda de si mesmo, pois seu fazer pertence a outro:



[...] se ele se relaciona com seu próprio trabalho como trabalho não livre, então ele se relaciona com ele como trabalho a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de outro homem [...] a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (p. 87-89)<sup>2</sup>.

A sociedade pós-moderna venera a produção e o consumo, para o Capital, as únicas necessidades do homem plausíveis de fazerem sentido são aquelas para “conservá-lo durante o trabalho, a fim de que a raça dos trabalhadores não desapareça” (p. 92)<sup>2</sup>. A produção e o que dela se obtém passaram a ter valor de troca e não valor de uso, com a finalidade de acúmulo, de extração da mais-valia. Os valores de uso passaram a ser produzidos apenas como requisitos à produção de valores de troca: “o salário pertence, pois, aos custos obrigatórios do capital e do capitalista e não deve ultrapassar a necessidade desta obrigação” (p. 92)<sup>2</sup>.

Para uma sociedade decididamente consumista, a representação de saúde, bem-estar e realização está no consumo de *gadgets*, objetos da demanda enganosamente reconhecidos como objetos do desejo, que proporcionam uma satisfação momentânea e ilusória, que dura só enquanto a demanda ainda não se deslocou para outros objetos; é um movimento tão fugaz quanto todos os circuitos do MCP. Essa ideia de que felicidade e consumo se fundem ao ponto de serem sinônimos<sup>18</sup> e faz com que a vida produtiva da grande maioria dos homens seja gasta para satisfazer suas necessidades mínimas de subsistência e, sobretudo, de consumo, mas um consumo alienado, que não encontra o carecimento e o desejo.

Os processos criativos que balizavam o fazer humano e conferiam ao sujeito a genericidade humana, a soberania ante os animais, expressa na liberdade de poder criar segundo o desejo e movido pelo carecimento, criar para seu próprio consumo e deleite, foram banidos do mundo capitalista. O processo de humanização pelo fazer não está mais colocado como objetivo maior da produção humana. “Com o MCP e com a sociedade de consumo estamos fora do trabalhador como prioridade [...], também o carecimento e o desejo saem do horizonte; voltamos à demanda direta e, portanto, à carência” (p. 35-36)<sup>15</sup>. Os efeitos disso nos processos de subjetivação não poderiam ser outros além da (re) produção da alienação e do estranhamento: subjetividades capitalísticas, serializadas<sup>19</sup>.



### **3 A CAPTURA DO FAZER PELA PSIQUIATRIA: A TERAPIA OCUPACIONAL NA SAÚDE MENTAL**

O segundo momento de captura do fazer humano se deu paralelamente aos avanços do Capitalismo e dos seus assessores – a Ciência Moderna<sup>20</sup> e o Discurso Médico<sup>21</sup>, ocorreu permeado pelas intenções de assegurar os progressos do Capital e também da medicina psiquiátrica. Assim sendo, a natureza ocupacional, a vida produtiva e os processos criativos do sujeito, também sua genericidade humana, tornaram-se campo de investigação científica. O fazer, mais uma vez, foi expropriado do homem para que a partir dele pudesse ser produzido conhecimento enciclopédico, a ser utilizado especialmente a favor das disciplinas e dos instituídos sociais dominantes, não a favor dos sujeitos do sofrimento.

Assim, quando, no século XIX, o hospital psiquiátrico torna-se lugar de diagnóstico e classificação, as atividades passam a ser utilizadas em procedimentos diagnósticos e a ser indicadas no tratamento de acordo com o diagnóstico dado ao paciente. Com a sistematização de tipos de trabalhos adequados a estados mórbidos buscava-se dar ares de ciência médica a essas práticas terapêuticas (p. 4)<sup>22</sup>.

712

Em decorrência da produção de tal conhecimento, o fazer pôde ser tomado como recurso terapêutico nos asilos. Foi nesse contexto que a TO extraiu seu recorte da Demanda Social<sup>23</sup> para consolidar-se como ciência e profissão na área da Saúde Mental, pois dentre todas as profissões, sempre teve como área específica de atuação o fazer humano nas suas várias composições, atividades de vida diária e vida prática, lazer, etc, dentre elas, o trabalho.

Em “A História da Loucura na Era Clássica”, Foucault<sup>24</sup> propõe reflexões sobre as condições históricas que resultaram no período da “grande internação” (p. 72-77), propondo que a mesma foi decorrente de uma crise econômica na Europa, crise esta que tornou o trabalho não apenas eletivo como medida de sanidade mental, mas, acima de tudo, necessário. “A valorização e dignificação do trabalho eram base para a construção de uma nova sociedade organizada em torno da produção capitalista que requeria a sujeição do ritmo da vida ao tempo da produção” (p. 4)<sup>22</sup>. Percebe-se que houve uma exigência econômica e moral para o trabalho. Foucault<sup>24</sup> define a internação “como medida econômica e precaução social” (p. 89). Para Andrade<sup>9</sup> o imperativo do trabalho associava-se não ao tratamento psíquico ou médico,

mas à finalidade de extinguir a ociosidade, mendicância e outras desordens sociais num período de crise.

[...] a opção não é mais prender os sem trabalho, mas sim ocupá-los – enquanto presos – como mão de obra barata para garantir a prosperidade da sociedade liberal da época. Os presos recebiam a quarta parte do valor de sua produção em função da ideologia de que o trabalho deveria ser produtivo e não somente ocupação. Essa regra do trabalho perdurará até o final do século XVIII. Nessa perspectiva, a assistência ao trabalho era tanto um remédio contra o desemprego quanto um estimulante para o desenvolvimento industrial (p. 36)<sup>9</sup>.

Lembrando que nos antigos hospitais gerais a internação não seguia uma racionalidade clínica, tinha caráter de limpeza social: eram internados aqueles que apresentavam quaisquer comportamentos desviantes, era “reclusa toda a sorte de marginalizados, pervertidos, miseráveis, delinquentes e, dentre eles, os loucos” (p. 40)<sup>25</sup>. O uso terapêutico da ocupação, embora reportado historicamente desde a antiguidade, foi sistematizado enquanto campo do saber a partir do século XVIII, quando Phillipe Pinel inaugurou o Tratamento Moral.

Fundamentado na ideia que a lei de um trabalho rigorosamente executado é a chave para recuperação da saúde e para a manutenção dos bons comportamentos. Pinel garantiu o argumento capaz de assegurar a internação como resposta social para as tensões ocasionadas pela dita loucura<sup>26</sup>. Segundo a psiquiatria pineliana, o trabalho terapêutico deveria fazer o “alienado mental” voltar à racionalidade, restabelecendo hábitos saudáveis e reorganizando seu comportamento conforme os padrões sociais. A doença que causava contradições da razão, ilusões, desordem moral e atitudes antissociais deveria ser enfrentada pelo trabalho: o trabalho seria o meio de organização e manutenção do ambiente asilar como contraponto ao ócio desorganizador<sup>26</sup>.

O trabalho vem em primeira linha no ‘tratamento moral’ [...]. Em si mesmo, o trabalho possui uma força de coação superior a todas as formas de coerção física, uma vez que a regularidade das horas, as exigências da atenção e a obrigação de chegar a um resultado separam o doente de uma liberdade de espírito que lhe seria funesta e o engajam num sistema de responsabilidade (p. 529)<sup>24</sup>.

A filosofia do Tratamento Moral constituiu o modelo asilar e firmou o trabalho como “eixo regulador das mazelas da sociedade” (p. 37)<sup>9</sup>. Outrossim, marginalizou o ‘louco’, que

por ser ‘irracional’ foi tido como incapaz de trabalhar, que é o mesmo que dizer que esses não se enquadravam na sociedade, devendo ser isolados para que recebessem o devido tratamento moral, uma vez que os ‘loucos’ resistiam às normas burguesas e mantinham-se fora das ordens do capitalismo incipiente, rompiam com sua ética, sem submeter-se às ordens do trabalho, por isso acreditava-se que para eles “o trabalho tinha justamente uma função corretiva, de disciplinamento” (p. 38)<sup>9</sup>.

A capacidade para trabalhar, ou melhor, a capacidade para produzir, foi tão valiosa que o imperativo do trabalho, sempre visando o maior lucro possível, a maior extração de mais-valia, não se restringiu aos ‘loucos’, não esteve limitado às formações subjetivas enquanto tratamento para a loucura/alienação mental, mas expandiu-se à Formação Social de tal maneira que, de modo geral, todos os trabalhadores foram considerados incapazes de conduzir suas próprias vidas e pensar por si mesmos<sup>9</sup>. Castel<sup>27</sup> ao fazer um paralelo entre a psiquiatria e o liberalismo no séc. XIX considera que há relações estreitas entre as formas de dominação-subordinação adotadas pelo capitalismo e os movimentos alienistas e higienistas.

Substituamos o ‘indigente’ por uma das múltiplas qualificações aplicadas hoje às diversas variedades de ‘excluídos’ de um sistema de exploração e normalização. Teremos a fórmula geral de uma política de assistência numa sociedade de classes, com o lugar marcado, também para todas as medicinas sociais ou mentais, passadas, presentes ou futuras. E também a chave da relação entre psiquiatria clássica e a problemática do trabalho. Não tanto (senão por acréscimo) a recuperação de uma mais-valia. Mas sim, a restauração de uma ordem cuja lei econômica pode ser a extração da mais-valia porque sua lei moral é a sujeição às disciplinas (p. 141)<sup>27</sup>.

714

Verificam-se analogias entre a exploração do proletariado nas fábricas e do ‘louco’ nos asilos. O capitalismo “consolidou hegemonias secularmente mantidas tanto na produção de riqueza na exploração do trabalhador pelos donos do capital quanto pela produção de teorias e técnicas de tratamento da doença mental” (p. 39)<sup>9</sup>. Dissimulando os interesses capitalistas, a psiquiatria da época estabeleceu que o uso da ocupação deveria ser a base dos tratamentos oferecidos nos asilos, assim o Tratamento Moral inspirou todos os meios de trabalho psiquiátricos e terapêuticos no início do século XX.

Nesse contexto, vimos a TO ganhar espaço no rol de profissões da Saúde Mental, sendo que a TO que teve origem mais como um interesse do capital, não tanto como uma

necessidade social, conforme indica Ferrigno<sup>28</sup>, sobretudo, dado o fato de que suas práticas tinham baixo ou nenhum custo financeiro, e, no mais das vezes eram de assistencialismo.

[...] a Terapia Ocupacional foi instituída não apenas para responder as reivindicações dos trabalhadores e melhorar o nível de atendimento das pessoas com disfunções na realização das atividades, mas também para atender aos interesses do capitalismo. Para tanto, o sistema social implementou diversas políticas sociais, entre as quais a reabilitação, buscando neutralizar as pressões populares em relação às condições de saúde. Ao mesmo tempo, nos países onde o processo de industrialização estava se desenvolvendo, teve como objetivo o aumento do exército industrial de reserva. A Terapia Ocupacional foi assim se desenvolvendo, para atender principalmente, uma demanda para reabilitação profissional dos trabalhadores (p. 4)<sup>28</sup>.

#### 4 DISCUSSÃO

O uso da ocupação como terapêutica até a regulamentação da TO como profissão recebeu diversos nomes: tratamento moral, tratamento do trabalho, terapia do trabalho, tratamento da ocupação, reeducação ocupacional, ergoterapia, laborterapia e praxiterapia<sup>1</sup>. As muitas representações que assumiram os tratamentos morais nada mais são do que variáveis do alienismo, sendo que o mais importante é perceber, como expõem Guattari e Rolnik<sup>19</sup>, que o movimento alienista gerou serialização das subjetividades. E o mesmo podemos dizer do MCP.

Embora as nomenclaturas tenham variado, há que se ponderar o fato de que a TO sempre teve como meta suprimir os sintomas, e promover adaptação ao modo de produção social. Podemos pensar que a constituição da terapia ocupacional enquanto disciplina tem sua origem em bases históricas, culturais, econômicas, éticas, políticas e conceituais. Para entendê-las faz-se necessário compreender o contexto sócio-histórico e econômico no qual ela esteve inserida, bem como os percursos da profissão.

Atualmente, a concepção de saúde na TO se polariza entre um referencial mais biológico e outro mais social<sup>26</sup>. Nos tempos modernos, desenham-se ideais de saúde cada vez mais imbricados aos valores da produtividade e da funcionalidade, ao MCP. Não obstante, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional- COFFITO<sup>30</sup> definiu que a Classificação Internacional de Funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF) deverá ser

utilizada como ferramenta estatística na coleta e registro de dados; ferramenta de pesquisa para medir resultados, qualidade de vida ou fatores ambientais; ferramenta clínica para avaliação do tratamento e dos resultados; ferramenta de política social, para o planejamento dos sistemas de previdência social e implantação de políticas públicas e ainda ferramenta pedagógica para a elaboração de programas educativos.

De acordo com Organização Mundial de Saúde<sup>31</sup>, a CIF focaliza o seu interesse na forma como as pessoas vivenciam os problemas de saúde e nas possibilidades de melhorar suas condições de vida para que consigam manter “uma existência produtiva e enriquecedora” (p. 1)<sup>31</sup>. No bojo de uma sociedade obcecada pela Ciência Moderna<sup>20</sup>, considera-se que a TO, já bastante positivista, seja “fruto da fragmentação do saber e da especialização crescente de disciplinas voltadas para resolução de problemas específicos” (p. 118)<sup>29</sup>.

As ações de TO tornaram-se mais especializadas e mais resolutivas quanto possível com fins de assegurar a reabilitação por meio de intervenções fundadas no princípio doença-cura. O ideal de funcionalidade impõe modelos de funcionamento e quantificação, como se fosse possível padronizar algo tão subjetivo e singular como a saúde. Outrossim, apregoa-se uma concepção capitalista de independência e autonomia, lidas como adaptação social, excluindo-se quaisquer formas de existir e ter saúde que não estejam enquadradas nas condições impostas pelo capital e que vão de encontro aos interesses do polo dominante.

Nesta perspectiva, (re)produzir saúde, ou em outras palavras, promover reabilitação, é o mesmo que buscar funcionalidade e adaptação, (re)inserir os indivíduos na lógica do capitalismo: produção e consumo. Ignora-se a perspectiva do homem para-além da objetificação, e em decorrência disso temos a massificação das subjetividades, pois a existência humana resume-se a ser mais um produtor/consumidor de mercadorias.

Os modelos ocupacionais paramentados pelo Discurso Médico<sup>21</sup> reduzem a vida e a saúde a um mero efeito dos componentes biológicos acrescidos a alguns aspectos do social, superficialmente explorados. Ao fazerem isso, roubam a potência do fazer humano, pois as atividades são tidas como recursos terapêuticos para se restituir a função perdida; tapam-se as brechas para o desejo e para o carecimento<sup>2,4</sup>, para a possibilidade de se alcançar uma Outra saúde, não adscrita ao corpo biomecânico e adaptada ao instituído social dominante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou traçar alguns paralelos entre o capitalismo, a TO e os processos de subjetivação. Para tanto recuperamos a história da profissão, entrelaçando-a ao desenvolvimento do capitalismo, tomando como analisador o fazer humano, por considerar que o mesmo é o principal meio de trabalho dos terapeutas ocupacionais.

Paradoxalmente, apesar das diretivas pontuais do racionalismo cartesiano, cuja metonímia se expressa na CIF e noutros tantos instrumentos de avaliação e controle, quando tomamos para análise o campo da Saúde Mental, as descrições do que se pretende alcançar com as terapêuticas ocupacionais baseadas no paradigma da funcionalidade e da produtividade são tão vagas quanto inespecíficas. Nesse sentido, destacamos a importância de considerarmos a existência de uma subjetividade para além da compreensão inequívoca do organismo humano.

A ética do carecimento e do desejo<sup>15</sup> escapa da lógica neoliberal, visa produzir outras formas de se fazer enlace social. Na TO, as relações com o fazer jamais seriam direcionadas pela necessidade de produzir, na ordem da carência. O fazer e as atividades na produção humana seriam para apropriação material e subjetiva, entendidas como um dispositivo de subjetivação, de (re) construção da realidade objetiva e subjetiva, não mais serviriam para atacar sintomas ou patologias, de maneira que a vida produtiva possa seguir em direção à genericidade humana e à produção de subjetividades singularizadas.

717

## Referências

1. Benetton, MJ. **Trilhas Associativas: ampliando subsídios metodológicos à clínica da terapia ocupacional**. 3. ed. Campinas: Arte Brasil editora/ UNISALESIANO-Centro Universitário Católico Auxílium, 2006.
2. Marx, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
3. Nina-e-Silva, CH.; Alvarenga, LFC. **As concepções marxistas e darwinistas sobre a evolução do comportamento de manipulação**. Psicologia.pt: o portal dos psicólogos, 2012. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0638.pdf>. Acesso em 01 ago 2014.
4. Marx, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
5. \_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

6. \_\_\_\_\_; Engels, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
7. Semeraro, G. **A concepção de “trabalho” na filosofia de Hegel e de Marx**. Educação e Filosofia, 2013. v. 27, n. 53, p. 87-104. Disponível em  
146<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/14991/12680>  
Acesso em 16 out 2013.
8. Kaji-Markenfelt, A. **A transformação do macaco em homem: o processo de hominização através da linguagem e do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2466/1/Alessandra%20Ribeiro%20Kaji-Markenfeldt\\_A%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20do%20macaco%20em%20home%20m.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2466/1/Alessandra%20Ribeiro%20Kaji-Markenfeldt_A%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20do%20macaco%20em%20home%20m.pdf). Acesso em 01 ago 2014.
9. Andrade, MC. **O encontro da loucura com o trabalho na economia solidária: a produção de práxis de pré-incubagem através do dispositivo intercessor na Saúde Mental**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras, 2013, Assis. Disponível em [http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105590/andrade\\_mc\\_dr\\_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105590/andrade_mc_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 15 out 2014.
10. Shimogui, AFDT. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico para a terapia ocupacional: uma clínica do desejo e do carência na Saúde Coletiva**. 2016. Disponível em [http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134320/shimogui\\_afdt\\_me\\_assis.pdf?sequence=3](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134320/shimogui_afdt_me_assis.pdf?sequence=3). Acesso em 20 jun 2016.
11. Arendt, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 7. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
12. Langer, A. **O trabalho como essência do homem**. Revista Vinculando, 2004. Disponível em:  
[http://vinculando.org/brasil/conceito\\_trabalho/trabalho\\_essencia\\_homen.html](http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/trabalho_essencia_homen.html). Acesso em 08 jan 2015.
13. Simmel, G. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, O. G. (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 11-25.
14. Lacan, J. **O seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
15. Costa-Rosa, A. (2013). *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuição a uma Clínica Crítica dos Processos de Subjetivação na Saúde Coletiva*. São Paulo:



UNESP.

16. Mângia, EF. **Alienação e trabalho**. Rev. Terapia Ocupacional Univ. São Paulo, 2033. v. 14, n. 1, p. 34-42. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13913/15731>. Acesso em 14 out 2015.
17. Freud, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. In: Freud, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 15). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
18. Bauman, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Trad. DENTZIEN, P. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
19. Guatarri, F.; Rolnik, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.
20. Santos, B. S. **A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
21. Clavreul, J. **A ordem médica: poder e impotência do Discurso Médico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
22. Lima, EMFA. (2004). **Oficinas, Laboratórios, Ateliês, Grupos de Atividades: Dispositivos para uma clínica atravessada pela criação**. In: Figueiredo, AC; Costa, CM. Oficinas terapêuticas em saúde mental – sujeito, produção e cidadania. Coleções IPUB. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria. p. 59 – 81.
23. Altoé, S. (Org). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.
24. Foucault, M. **A História da Loucura na Idade Clássica (1961)**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
25. Amarante, P. **O paradigma psiquiátrico**. In: Amarante, P. O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria (p. 39-63). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
26. Pinel, P. **Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2007.
27. Castel, R. **A Ordem Psiquiátrica – A idade de Ouro do Alienismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
28. Ferrigno, ISV. **Terapia Ocupacional: considerações sobre o contexto profissional**. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 1991. v. 2, n. 1, p. 3-11.
29. Lima, EMFA. **A saúde mental nos caminhos da terapia ocupacional**. Mundo da Saúde, 2006. v. 30, n. 1, p. 117-122. Disponível em: [http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/34/saude\\_mental.pdf](http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/34/saude_mental.pdf) Acesso em 01 ago 2014.
30. Coffito. **Definição de Terapia Ocupacional**. Brasília, 2009. Disponível em:

[http://www.coffito.org.br/conteudo/con\\_view.asp?secao=46](http://www.coffito.org.br/conteudo/con_view.asp?secao=46) Acesso em 01 ago 2014.

31. OMS. **Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF**. Brasília, 2001.

Disponível em:

[http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/SPP\\_Arquivos/PessoascomDeficiencia/ClassificacaoInternacionaldeFuncionalidades.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/SPP_Arquivos/PessoascomDeficiencia/ClassificacaoInternacionaldeFuncionalidades.pdf). Acesso em 01 ago 2014.

\* Este manuscrito é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico para a terapia ocupacional: uma clínica do desejo e do carecimento na Saúde Coletiva” pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras de Assis/São Paulo/ Brasil; Esse o trabalho já foi apresentado em parte em eventos científicos.

---

**Contribuição das autoras:** Ana Flávia Dias Tanaka Shimoguri (concepção do texto; organização de fontes; revisão); Abílio da Costa-Rosa (análise do texto; revisão).

Submetido em: 07/04/2017

Aceito em: 26/06/2017

Publicado em: 31/10/2017